

DIALÉTICA, INDUÇÃO E INTELIGÊNCIA NA AQUISIÇÃO DOS PRIMEIROS PRINCÍPIOS

Marco Zingano

USP/CNPq

Ciência e Dialética em Aristóteles, do prof. Porchat, é uma obra extremamente iluminadora, cujo tema é a ciência em Aristóteles. Pode ser tomada como um cuidadoso comentário aos principais passos dos *Segundos Analíticos*: o autor examina os momentos decisivos da noção aristotélica de ciência e remete a diversas outras obras para extrair a coerência e a profundidade do pensamento do Estagirita. Prof. Porchat, com sua proverbial lucidez, dá-nos lições de sobra que a filosofia mora lá onde moram os filósofos.

Várias teses que adota em sua interpretação merecem uma atenção particular pela fecundidade filosófica que possuem. Concentrarei, contudo, minha atenção no capítulo VI, o último do livro. O que não é pouca coisa, pois, como declara o autor, “o cap. 6, que trata da apreensão dos princípios, e a Conclusão constituem a parte crucial da tese e contêm sua <scilicet> do livro> contribuição mais importante para a compreensão da filosofia aristotélica” (p.18). Procederei do seguinte modo: apresentarei primeiro o que me parece ser a tese do prof. Porchat; depois, analisarei uma passagem dos *Tópicos*, que está diretamente envolvida neste ponto; por fim, examinarei dois exemplos que Aristóteles nos dá do uso da dialética a propósito dos primeiros princípios.

O problema é bem conhecido. Para Aristóteles, a ciência procede por demonstrações; ela é definida como uma *disposição demonstrativa*, $\epsilon\kappa\iota\text{-}\alpha\pi\omicron\delta\epsilon\iota\kappa\tau\iota\kappa\eta\nu$. Toda demonstração parte de princípios que, eles próprios, não podem ser demonstrados, sob pena de se ir ao infinito, ao se exigir sempre demonstração do que serviu de base à demonstração. É preciso então parar em algum momento;

Aristóteles estabelece a parada mediante a existência de princípios a título de proposições imediatas e primeiras, indemonstráveis, a partir das quais as ciências partem para a demonstração das propriedades dos gêneros próprios de que se ocupam. A apreensão dos primeiros princípios é atribuída ao $\nu\omicron\upsilon$ -, *inteligência*. Não há deles ciência em sentido estrito, mas a inteligência, que é sempre verdadeira, integra a sabedoria, $\sigma\phi\iota\alpha$ (da qual a outra parte é a ciência em sentido estrito, $\epsilon\pi\iota\sigma\theta\eta\mu\eta$), na medida em que fornece o material verdadeiro, necessário e por si sobre o qual se erige a ciência propriamente dita. Nesta medida, a inteligência é o *princípio da ciência*, $\alpha\gamma\chi\eta; \epsilon\pi\iota\sigma\theta\eta\mu\eta$ -.

Como, porém, adquirimos estes princípios, visto que Aristóteles recusa o inatismo? Uma resposta poderia ser que *intuímos* estes princípios, desde que algo nos seja previamente dado na sensação. Alguns intérpretes adotaram esta saída, procurando mesmo consagrá-la na própria tradução de $\nu\omicron\upsilon$ - por *intuição*. No entanto, a resposta de Aristóteles parece ser mais complexa. É necessária a operação prévia da faculdade sensitiva, que pertence a todos os animais, graças à qual nos é dada, por uma certa afecção, a forma sensível do objeto percebido. Por meio dela e de outras operações a ela ligadas, como a memória, adquirimos os universais e, similarmente, os princípios (a formação de conceitos e a apreensão de princípios estão intimamente conectadas, embora Aristóteles não tenha se preocupado em elucidar esta conexão). Por que então já não chamar o $\nu\omicron\upsilon$ - diretamente de *intuição* e dar por resolvida a tese aristotélica? Porque Aristóteles afirma que a sensação nos instila os universais (e, similarmente, os princípios) por meio da $\epsilon\pi\alpha\gamma\omega\gamma\eta$. Ora, a $\epsilon\pi\alpha\gamma\omega\gamma\eta$ é definida em *Top.* I 12 como o alcançar os universais a partir dos particulares, e isto parece designar claramente não a intuição, mas a *indução*.

Pode-se dizer que, ao jungir indução e intuição, tudo o que Aristóteles estaria fazendo seria reconhecer a fraqueza interna da indução, que não tem como passar de $a1, a2, a3...$ a A a não ser por conta do salto que lhe forneceria justamente a intuição, o que faria com que os princípios fossem adquiridos por uma indução robustecida, no momento decisivo, de intuição. Pode-se igualmente lamentar que Aristóteles tenha acoplado estas duas noções no fundo inconsistentes,

sem ter conseguido ou mesmo desejado decidir entre elas. No entanto, contra ambas as explicações deve-se assinalar, na esteira de Barnes, que $\nu\omicron\upsilon$ designa o estado ou disposição que apreende os princípios; $\epsilon\pi\alpha\gamma\omega\gamma\eta$ o meio ou método pelo qual os apreendemos¹. *Intuição* e *indução* não respondem à mesma questão, tampouco estão em conflito. As soluções assinaladas acima estão baseadas em um falso dilema. O prof. Porchat obvia tudo isso com sua clareza costumeira:

Ora, um mínimo de reflexão é suficiente para compreender que toda a dificuldade do problema do conhecimento dos princípios reside na relação a estabelecer entre o método *indutivo* <...> e a função cognitiva da *inteligência*, cuja competência exclusiva ele reconheceu, no último capítulo dos *Segundos Analíticos*, nas mesmas linhas que seguem seu pronunciamento sobre o valor heurístico da indução (p.353).

Feito o diagnóstico com a precisão de sempre, que receita dá para resolvê-lo? O prof. Porchat volta-se a um texto “cuja contribuição para a solução das dificuldades com que nos defrontamos haverá de revelar-se decisiva” (p.356). Trata-se de *Tópicos I 2*, capítulo no qual Aristóteles argumenta em favor da dialética como podendo discorrer sobre os primeiros princípios ao converter as opiniões aceitas, $\tau\alpha\ \epsilon\eta\delta\omicron\chi\alpha$, em premissas de seus raciocínios. A dialética vê-se assim incumbida da elevada tarefa de nos levar à apreensão das verdades primeiras. Como a dialética pode discorrer sobre tudo, apoiando-se nas opiniões aceitas, nesta medida ela pode *contribuir* para a aquisição dos princípios. O prof. Porchat não diz que ela *fornece* os princípios; seria demasiado exigir isso dela. A dialética funciona como “uma propedêutica à ciência, um método preliminar de argumentação, contraditório e crítico, que laboriosamente ‘prepara o terreno’ para uma *visão* posterior cujo advento ele terá tornado possível” (p. 372). De um modo elegante, mas críptico, o prof. Porchat escreve que “o conhecimento dos princípios *emerge* da argumentação dialética sem ser *engendrado* por ela” (*ibidem*). O dialético

(1) J. Barnes, *Aristotle, Posterior Analytics*, Oxford 1993, 2nd ed., pp. 259-271.

arruma a cama na qual, porém, não vai deitar-se: “uma vez encontrados os princípios, não mais se move na dialética, mas tem instaurada a ciência, cujos princípios agora possui” (p. 373). Assim, o problema da *indução-intuição* terá solução se conciliarmos não dois, mas três termos: “dialética, indução e inteligência dos princípios” (p. 384).

Isto é feito em dois passos. Inicialmente, unem-se dialética e indução: “dizendo respeito, portanto, ao momento heurístico e ascendente do conhecimento, a *indução é de natureza dialética*” (p. 385). E a indução é dialética porque:

se exprime <...> sob a forma de opiniões (*doxai*) que, formuladas como proposições aceitas (*eḗdoxa*) onde se traduz o resultado das observações que se fizeram, são objeto de um tratamento dialético que as toma como ponto de partida para pô-las à prova e utilizá-las criticamente (p. 386) .

O prof. Porchat fala assim do “método dialético-indutivo” (p. 387, 389, 407), consagrando esta união. Resta, porém, conciliar a indução dialética com a intuição, ou melhor, com a inteligência. Isto é feito no segundo passo. Novamente é feito apelo a *Top. I 2*:

Ora, a aporia que tão grave nos parecia ver-se-á facilmente resolvida se estabelecermos um paralelo entre o último capítulo dos *Analíticos* e a passagem dos *Tópicos* que nos mostrou a utilidade da dialética como propedêutica ao conhecimento científico. Com efeito, Aristóteles passa, nos *Segundos Analíticos*, da indução à inteligência *do mesmo modo como*, nos *Tópicos*, faz surgir a *visão* da verdade a partir da prática da argumentação contraditória e crítica que caracteriza o método *diaporemático*, faz *emergir* da prática dialética o conhecimento dos princípios (p. 387, grifos do autor).

Resolve-se a aporia, ou antes dissolve-se. O método dialético-indutivo *cede o lugar* (p. 390) a uma intuição plena, que ele não engendrou, mas ajudou a fazer emergir. Esta intuição plena, absoluta e infalível, “não se acompanha de discurso”: o discurso não se transmuta em inteligência, mas “suprime-se ante ela, uma

vez cumprida a tarefa preliminar que lhe competia, a de assim preparar a sua mesma negação” (ibidem). O dialético não só arruma a cama em que se não vai deitar, ele destrói sua própria cadeira de repouso. É certo que Aristóteles insiste que a ciência é meta; *logou* (APost II 19 110b10; EN VI 6 1140b33), mas provavelmente quer dizer isto que se faz por justificações², isto é, com apoio em deduções; por contraste, a inteligência é apreensão direta, sem precisar demonstrar o que apreende, ainda que seja discursiva (pois apreender a quiddidade é equivalente a exprimir uma proposição). O ponto decisivo, porém, é que o prof. Porchat está então autorizado a defender sua perspectiva otimista, pois, graças à dialética, “o homem habita os domínios da verdade”, em aberta oposição à versão aubenquiana de uma filosofia não encontrada porque inencontrável. Àquele que desconfiaria que a ciência acabou de eivar-se por conta deste contato com a dialética, o prof. Porchat replica que:

não vê Aristóteles contradição alguma entre esse caráter absolutamente primeiro dos princípios e o fato de apreenderem-se eles graças a uma investigação dialética que descreve como metodologicamente capaz de até eles levar-nos; nem vê qualquer dificuldade em fazer emergir o conhecimento dessas proposições absoluta e infalivelmente verdadeiras a partir do uso de um método cujo ponto de partida são, tão-somente, as opiniões, a opinião da maioria ou, ainda, a opinião dos sábios, de todos ou apenas de alguns, embora não se confundam opinião e verdade (já que a opinião comporta a falsidade e concerne igualmente ao verdadeiro e ao falso), embora baste ao raciocínio dialético que algo pareça verdadeiro, ainda que não o seja (pp. 357-58).

Voltemos nossa atenção ao texto que possibilitou este convívio tão salutar entre dialética e ciência, a despeito do fosso que normalmente as separa. Trata-se do curto capítulo de *Tópicos* I 2 101a25-b4, que versa sobre a utilidade do próprio tratado. Este texto foi visto por muitos comentadores como uma expressa declaração da parte de Aristóteles que a dialética leva à ciência. As divergências dizem a

(2) Como na tradução de Barnes : “all understanding involves an account”.

respeito do modo como leva. O prof. Porchat adotou uma versão moderada: a dialética não engendra, mas faz emergir a ciência, ela permite a eclosão desta visão intuitiva diante da qual se suprime. Forneço a seguir a tradução do próprio prof. Porchat (p. 356); introduzi oito marcas para facilitar minhas referências posteriores:

Em seguida ao que foi dito, deve dizer-se para quantas e quais coisas é útil este tratado. Ele o é para três coisas: <i> para exercício, <ii> para os encontros casuais, <iii> para as ciências filosóficas. Que é útil para exercício é manifesto a partir do que já foi dito; com efeito, possuindo um método, poderemos mais facilmente argumentar sobre o problema proposto. Para os encontros casuais, porque, tendo inventariado as opiniões da maioria dos homens, por-nos-emos em relação com eles, apoiados, não em pontos de vista que lhes são estranhos, mas nos seus próprios, fazendo mudar o que não nos pareçam dizer corretamente. <iv> Para as ciências filosóficas, porque, sendo capazes de percorrer as aporias em ambos os sentidos, perceberemos mais facilmente, em cada caso, o verdadeiro e o falso; <v> também no que concerne às primeiras dentre as proposições que respeitam a cada ciência. De fato, é impossível, a partir dos princípios apropriados à ciência em questão, dizer algo sobre eles mesmos, uma vez que os princípios são primeiros dentre todas as proposições; mas é por meio das proposições aceitas a respeito de cada ponto que é necessário discorrer sobre eles. <vi> Ora, esta é a tarefa própria, ou mais apropriada, à dialética, pois, <vii> de natureza perquiridora, ela <viii> possui o caminho que leva aos princípios de todas as doutrinas científicas.

Os pontos <i> e <ii> não nos interessam aqui, podendo ser ignorados. O ponto <iii> nos coloca já no meio da batalha. Por ciências *filosóficas* deve-se entender simplesmente as ciências *teóricas*; o kata; *filosofia* meramente indica aqui que são disciplinas *científicas* ou *demonstrativas* e não qualquer tipo de saber³. Na tradução do prof. Porchat, o ponto <iii> é explicado em <iv> e <v>; por <iv>, vê-se que tem um interesse para as dificuldades, pois auxilia à solução das aporias,

ao nos fazer mais bem compreender o que está em jogo, mas isto é anódino em relação à aquisição dos princípios; por <v>, no entanto, vê-se que a dialética é também útil no tocante aos primeiros princípios de cada ciência. Se ela pode ser útil aos primeiros princípios de *cada* ciência, parece sensato estender seu uso igualmente aos primeiros princípios de *todas* as ciências, isto é, não somente àqueles *a partir dos quais* deduzem, mas também àqueles *com os quais* deduzem, como o princípio de não contradição. O ponto <vi> parece dizer isso, o que corresponde ao que depois será feito no livro G da *Metafísica*. Por fim, resta saber se a incumbência de <v>, que, convém assinalar, é decisiva para a possibilidade de toda ciência, é uma tarefa exclusiva da dialética ou pode ser partilhada por outra faculdade – no caso, a inteligência, à qual caberia *ver* o que *insinua* a dialética.

Pode este texto certificar tão elevada tarefa à dialética? Para abrir minhas cartas de uma vez, não estou tão seguro. A posição do prof. Porchat é bastante cautelosa: a dialética não engendra, mas faz emergir os princípios. Temo, contudo, que nem isso faz, ou muito pouco. Minha posição não é uma novidade. Recentemente, Robin Smith sustentou que *Top. I 2* não diz nada a propósito da dialética ser o método de descoberta dos primeiros princípios de cada ciência⁴. No entanto, sua tese tem uma particularidade que não gostaria de assumir. R. Smith sustenta que este texto não serve para mostrar que a dialética pode nos servir de guia para obter os princípios de *cada* ciência (isto é, os princípios próprios das ciências, limita-

(4) R. Smith, "Aristotle on the uses of dialectic", *Synthese* 96 1993, pp. 335-358. No artigo, R. Smith concluía que "Aristotle is asserting, not that dialectic includes a method for establishing objective starting points in the sciences, but that it has some use in connection with any examination of the common principles" (p. 354), em direta ligação com sua tese que, em <v>, "the subject is the common principles, not the proper principles of the special sciences" (p. 352). Posteriormente, em sua edição dos *Tópicos I e VIII* (*Clarendon Aristotle Series*, Oxford 1997), R. Smith abandonou sua tese que se tratava somente de princípios comuns, mas manteve a mais importante, a saber, que *poder dizer alguma coisa* sobre os primeiros princípios não é equivalente a *estabelecê-los*: "Aristotle does not say merely that the starting-points cannot be demonstrated, but that by means of demonstration we cannot say *anything* about them. The alternative to having nothing to say is having something to say, and that could fall short of establishing" (p. 54).

dos a cada gênero) porque, em <v>, nada disso está sendo referido, já que, para ele, <v> diz respeito unicamente aos princípios *comuns* das ciências (como o princípio de não-contradição). Não penso que seja assim; aliás, penso que seja exatamente o oposto⁵. O ponto <v> diz respeito aos princípios de *cada* ciência, e isto para mim, como transparece também na tradução do prof. Porchat, se refere aos princípios *próprios* das ciências. Isto me parece garantido por 101a37-38 εἰς μέγα τῶν οἰκειῶν τῶν κατὰ τὴν προτεγεῖσαν ἐπιστήμην ἀρχῶν, *a partir dos princípios apropriados à ciência em questão*. Unicamente na última linha do texto é dito que a dialética “tem a ver com os princípios de todas as disciplinas”, προῖτα ἀπασῶν τῶν μετὰ τὴν ἀρχαῖον εἶπε (101b3-4). Esta passagem *pode* ser lida como se incluísse os princípios *comuns*, pois eles são princípios de *todas as disciplinas*. Ainda assim, é de se notar que a extensão aos princípios comuns só se faria, nesta leitura, após o uso da dialética relativamente aos princípios *próprios*. Contudo, esta não me parece ser a leitura mais natural: na mesma direção que προῖτα ἀπασῶν τῶν περιῖ ἐκαστὴν ἐπιστήμην (101a36-37), a passagem parece-me somente querer dizer que, em conclusão, a dialética tem contato com os princípios <próprios> *de todas as disciplinas*, isto é, com os princípios primeiros de *cada* ciência.

Os argumentos de ordem filológica de R. Smith sobre <v> não me parecem convincentes. Porém, a respeito da expressão ὅσον εἶπε em <viii>, que traduzi acima por “ter a ver”, ele toca em uma nota verdadeira. Os comentadores viam aqui a afirmação quase pomposa segundo a qual a dialética “possui o caminho” aos primeiros princípios, ou, em inglês, *has a road to the first principles*⁶. Em por-

(5) O ponto foi defendido por J. Brunschwig, “Dialectique et philosophie chez Aristote, à nouveau”, publicado em Nestor-Luis Cordero (ed.), *Ontologie et Dialogue – mélanges en hommage à Pierre Aubenque*, Vrin 2000, pp. 107-130.

(6) T. Irwin assim traduz a passagem: “and this is proper to dialectic alone, or to it more than to anything else; for since it examines, it has a road towards the first principles of all disciplines” (*Aristotle’s First Principles*, Oxford 1988, p. 37). Irwin havia já traduzido <v> por “and it is useful for <finding> the first principles of each science”, quando o texto diz somente que é útil “também no que concerne às primeiras dentre as proposições que respeitam a cada ciência”. A dialética pode ser útil sem necessariamente descobrir os primeiros princípios.

tuguês, *possuir caminho* é uma versão discreta de *ter a chave*: o ponto seria que a dialética *tem a chave* dos princípios. Talvez, porém, a expressão *odon epei* não diga isso, ou não diga tudo isso. Parece ser idiomática; ocorre uma outra vez, em *Met.* I 4 1055a6-7, quando é dito que as diferenças quanto ao gênero “não *odon epei* umas com as outras”. O ponto, porém, não é que *não têm a chave* umas das outras, mas sim que *não têm nada a ver* umas com as outras, ou, em outros termos, não se comunicam. Na verdade, *odon epei* em <viii> designa o mesmo que *eipein ti* em <v>: cada ciência não pode *dizer algo* sobre seus próprios princípios, o que faz a dialética, pois não possui as mesmas limitações. Não se trata, contudo, de *possuir o caminho* aos primeiros princípios, mas somente de *poder dizer algo* sobre eles – sem que se saiba ainda qual o valor desta fala. Em todo caso, parece ser bem mais modesto do que a estrada pavimentada para a descoberta dos princípios.

O ponto mais importante, contudo, se encontra na passagem de <iv> a <v>. Na tradução do prof. Porchat, há uma clara continuidade; no texto grego, porém, há um forte indício que <v> foi acrescentado como se fosse um *afterthought*. Com efeito, ele é introduzido por *eiti de* e *ainda*. O que é singular, pois Aristóteles dissera no início que o tratado era útil para *três* coisas, mas acabou listando *quatro*. A tentação é grande de arrumar o texto unindo as duas últimas, mas talvez valha a pena resistir à tentação. J. Brunschwig deu boas razões para tanto: (1) <iv> ilustra de modo preciso a terceira utilidade do tratado, mas esta apresentação inicial não faz nenhuma referência a um uso relativamente aos primeiros princípios, objeto de <v>; (2) <iv> e <v> são separados por *eiti de* que normalmente assinala a introdução de um ponto novo; (3) a descoberta do verdadeiro e do falso em <iv> é geral, pois pode ocorrer em todos os níveis, enquanto o papel da dialética em <v> é muito especial; (4) o uso da dialética em <iv> não é indispensável⁷, en-

(7) Enrico Berti, em um artigo no qual pretende mostrar que a filosofia primeira é concebida por Aristóteles “comme une recherche argumentée dialectiquement” (“Philosophie, dialectique et sophistique dans Métaphysique G 2”, *Revue Internationale de Philosophie* 51 1997, pp. 379–396; aqui, p. 382), insiste sobre o papel da dialética de resolver as dificuldades. Este papel diz respeito, porém, ao

quanto seu uso parece indispensável para a tarefa descrita em <v>. Tomados isoladamente, talvez nenhum seja forte o suficiente, mas, em conjunto, parece-me serem muito convincentes. Tudo se passa como se Aristóteles tivesse acrescentado, lateralmente, este outro uso; se for isso, temos aqui mais um indício que o papel da dialética não parece carregado de tão peregrina incumbência, a de encontrar os primeiros princípios, tampouco mesmo a de fazê-los emergir para serem vistos pela inteligência.

Há uma passagem célebre, no entanto, que vai ao encontro do sentimento que a dialética não só está envolvida com os primeiros princípios de *cada* ciência, mas sobretudo diz respeito aos princípios *comuns* de todas as ciências. Refiro-me a G4 da *Metafísica*, passagem na qual Aristóteles se propõe a refutar aqueles que negam o princípio de não contradição. Apresentei em outro lugar o que me parece ser a estrutura de tal refutação⁸; quero aqui tão-somente aludir a alguns de seus traços. Em primeiro lugar, Aristóteles oscila quando se refere ao que está fazendo. Ele ora diz que se trata de uma *demonstração*, ora declara que não é possível uma demonstração, mas somente uma *refutação*, e *egco-*. É bem verdade que

ponto <iv>, enquanto a discussão gira em torno de <v>. Para <v>, Berti precisa introduzir um segundo uso da dialética, a saber, a refutação das opiniões opostas e a resolução “des objections faites par les sophistes au moyen de la distinction des diverses significations de l’être” (p. 396). Independentemente da introdução dos sofistas neste segundo uso, resta que este procedimento não leva à descoberta dos princípios, mas procede à refutação da opinião de outros *com base* nos princípios. Porém, em um livro publicado em 1989 e traduzido para o português em 1998, Berti já tinha atribuído à dialética um papel decisivo, presente em todas as áreas, exceção feita à demonstração silogística; buscando dar fundamento a este segundo uso, similar ao que Irwin chamou de “dialética forte”, Berti viu na refutação dos que negam o princípio de não contradição “um caso de verdadeira demonstração dialética, demonstração que tem todo o caráter de necessidade próprio das demonstrações matemáticas e que se desdobra em um procedimento incontestavelmente dialético” (*As razões de Aristóteles*, ed. Loyola 1998, p. 98), a ponto mesmo de declarar que, “inclusive para os princípios mais conhecidos, Aristóteles admite uma verdadeira investigação, aberta à alternativa entre o verdadeiro e o falso” (*op. cit.*, p. 94), o que, contudo, parece claramente excessivo.

(8) Em “Notas sobre o princípio de não contradição em Aristóteles”, a ser publicado nos *Cadernos de Filosofia e História da Ciência*, Unicamp, 2003.

a *refutação* faz parte das estratégias dialéticas, mas surpreende o fato de Aristóteles não afirmar nunca, em G4, que está procedendo *dialeticamente*. Talvez o seu silêncio seja proposital, como já assinalou Brunschwig⁹: em todo caso, ele é significativo. Porém, mais fecundo que este indício é a observação que, o que quer que Aristóteles esteja fazendo, não se trata de encontrar um caminho para o princípio de não contradição, mas de barrar a via a quem se nega a reconhecê-lo. A lição é eminentemente *negativa*: aparentemente, a aquisição do princípio se faz alhures, sua negação unicamente é que requer o uso da dialética a fim de reduzir quem o nega ao silêncio das plantas.

Talvez, porém, *Top.* I 2 não esteja falando nada sobre princípios *comuns*, de sorte que a lição negativa de *Met.* G 4 não o afetaria. No entanto, uma outra passagem nos fornece a mesma lição, desta vez a respeito dos princípios *próprios* de cada ciência. Em *Física* I 2-3, Aristóteles visa a refutar Parmênides e Melisso, que negavam o movimento. Negar o movimento redundava em aniquilar a própria física, e “não há mais argumentação contra quem suprime seus princípios – mas tal argumentação compete ou a uma outra ciência ou a uma ciência comum a todas” (I 2 185a1-3)¹⁰. Estamos agora claramente às voltas com os princípios *próprios* das ciências, no caso, da física. Como se sabe, tal tarefa não incumbe a uma outra ciência, pois isto seria uma *metabasis eis allo genos*. Caberá, se é que cabe, a uma ciência comum a todas. Pode-se pensar que tal ciência seja a metafísica ou ciência do ser enquanto tal, mas isso é pouco provável. Há fortes indícios, ao longo da *Física*, que nos fazem suspeitar que Aristóteles não dispunha ainda, ao escrevê-la, do que veio a ser, mais tarde, a sua doutrina da substância como ser primeiro, que finalmente lhe permite uma ontologia fora do diapasão platônico. Mesmo, porém, que já dispusesse dela, não é claro em que sentido a ciência do ser enquanto tal forneceria à física uma prova do movimento, ou se, *partindo* da existência de substâncias sensíveis, isto é, das substâncias passíveis de movi-

(9) J. Brunschwig, *idem*, p. 125: “et pourtant, Aristote dit εἰ ἐγκτικώ-, il ne dit pas dialéctikw-. Est-ce par hasard?”

(10) Cito a tradução de Lucas Angioni, *Física I-II*, IFCH/Unicamp 2002, ligeiramente modificada.

mento, buscaria então os traços gerais da substancialidade, que se mostrarão compatíveis com a existência de uma substância de outra natureza. É mais provável, assim, que esta ciência comum a todas faça referência justamente à dialética, como é dito nos *Segundos Analíticos* I 11, pois, por ser perquiridora, não conhece os entraves das ciências propriamente ditas. A dialética é assim o sucedâneo das ciências quando se discute a respeito dos primeiros princípios. Nos *Segundos Analíticos* I 11, o campo da dialética se alarga até os princípios *comuns* (o princípio de não contradição é expressamente mencionado), mas o que interessa agora é ver o que ela pode fazer no tocante aos princípios *próprios*, em função da negação do movimento pelos eleatas.

O que ocorre em *Física* I 2-3 parece-me muito similar ao que ocorreu em G 4 da *Metafísica*¹¹. Segundo Aristóteles, os argumentos de Parmênides e Melisso são erísticos, assumem premissas falsas e são inconcludentes, com o agravante de os de Melisso serem vulgares e desprovidos de dificuldade. Mesmo assim, Aristóteles dispõe-se a discuti-los, pois, como lhes ocorre de enunciar problemas atinentes à física, “por certo cai bem discutir um pouco a respeito dessas coisas, pois tal exame comporta filosofia” (I 2 185a18-20). *Discutir um pouco*, *epi*; *mikron dialecqhnai*: a expressão não parece augurar grandes descobertas, mas rápidas – e eventualmente ríspidas – correções. A expressão final, *pois tal exame comporta filosofia*, não é clara: talvez se ganhe em clareza ao aproximar *epei filosofian de odon epei de Top.* I 2. Alguma coisa se aprende de útil, mas não convém depositar muitas esperanças na discussão. Seguem então, em I 3, os argumentos de Aristóteles contra Melisso e, principalmente, contra Parmênides. Não quero examiná-los aqui; basta-me observar o seguinte. Aristóteles repete em I 3 o que

(11) O próprio Aristóteles adverte a esta relação: em *Met.* G 4, a negação do princípio de não contradição é atribuída a Heráclito; em *Física* I 2, Heráclito é mencionado duas vezes: em 185a7, o argumento heraclíteo é dito ser erístico, concebido para mera discussão, assim como o dos eleatas; em 185b19-25 o mesmo destino é dado aos dois argumentos, a saber, que tudo é e não é, “e o discurso será não a respeito dos entes serem um só, mas a respeito de serem nada”, *kai; ouj peri; tou eñ eihai ta; oñta ol logo- eñtai a] l a; peri; tou mhden.*

dissera em I 2: as premissas são falsas e o argumentos não são válidos. Em tal situação, o melhor é ir para casa. No entanto, ao refutá-los, Aristóteles é levado a fazer alguns esclarecimentos, tais como: dois itens podem ser distintos não por extensão, mas por intensão, “o que Parmênides de modo algum considerou” (3 186a30-33); o acidente é dito de um certo sujeito, que é distinto dele (3 186a34-b1); o acidente é um item que pode ou não ser atribuído ou um item em cuja definição se encontra aquilo de que é acidente (3 186b19-20), ou ainda: a definição do todo não se encontra na definição daquilo que está imanente ao seu enunciado definitivo (3 186b24-25). Estas são as lições de casa, por assim dizer, que se ganha ao entrar em tal discussão.

Convém observar, *en passant*, que tais lições não dizem respeito a problemas da natureza (não são questões *peri fusew-*), mas são atinentes à física (*fusika-*; *aporía-*, 2 185a18). Isto não deixa de ser surpreendente, pois, quando as consideramos em bloco, correspondem a questões que são tratadas nos livros centrais da *Metafísica*, em particular no livro Z, isto é, o que se pode chamar de ontologia ou metafísica aristotélica. Penso que este detalhe é mais um sinal do caráter juvenil da *Física* de Aristóteles. Ao que tudo indica, ele a escreveu quando, de um lado, ainda não possuía propriamente estabelecida a sua metafísica ou doutrina da substância, mas, de outro, claramente se situava já fora do diapasão platônico (a tese inaugural do aristotelismo, o ser se diz de muitos modos, é introduzida em 2 185a21 e repetida em 3 186a25). Não é, porém, tarefa fácil discernir com um mínimo de precisão a que etapa pertence a *Física*, e mesmo se pode objetar que é irrelevante, pois tudo isso provém antes de uma superposição inevitável entre física e metafísica, não necessitando de nenhuma tese genética para sua explicação. Resta, contudo, que as lições obtidas neste *intermezzo* dialético estão por certo em torno do problema dos princípios, mas não se dirigem a eles nem os fazem emergir: seu interesse é, como no caso do princípio de não contradição, silenciar certos opositores lembrando teses básicas a respeito da enunciação e da argumentação.

Como, então, são apreendidos os primeiros princípios? Aristóteles assim escreve em 2 185a12-14: “para nós, esteja estabelecido que as coisas que são por natureza, ou todas elas ou algumas, são suscetíveis de movimento: isto é evidente a

partir da indução”, $\delta\eta\lambda\omicron\nu\delta\iota\kappa\eta\tau\eta\sigma\tau\iota\chi\eta$. Voltamos ao problema da indução, para o qual a dialética não parece servir de remédio. O mesmo ocorre no capítulo II 19 dos *Segundos Analíticos*: inteligência e indução são mencionadas em estreita conexão, mas não há menção alguma de um papel da dialética a propósito da aquisição dos primeiros princípios. O que não quer dizer que seja inútil. Em <vii> é lembrado que a dialética é *perquiridora*. O termo grego é $\epsilon\pi\eta\sigma\tau\iota\chi\eta$ o que muito provavelmente faz menção à célebre passagem da *Apologia* na qual Sócrates alude ao seu comportamento dialético¹². Ora, seu comportamento era *negativo*: Sócrates mostrava que, embora nada soubesse, pelo menos sabia que nada sabia, enquanto seus interlocutores pensavam que sabiam algo, quando na verdade nada sabiam. Perquiridos por Sócrates, não podiam mais esconder a própria ignorância. Trata-se de silenciar, de solapar, não de construir ou avançar. Na expressão de Brunschwig, “il faut donc se représenter la « voie dialectique vers les principes » comme jonchée de cadavres”¹³.

Enfim, nesta perspectiva negativa, ainda que não pessimista, o ponto <vi> perde seu caráter enigmático: *ora, esta é a tarefa própria, ou mais apropriada, à dialética*. Pode-se perguntar se o que se quer realçar é a tarefa mais própria em comparação a outras tarefas da dialética ou se é a tarefa mais própria da dialética em relação a outras disciplinas. Deve-se preferir a segunda possibilidade, em função da menção de sua característica *perquiridora*¹⁴. Neste caso, pela restrição *ou mais apropriada*, Aristóteles como que se reserva a possibilidade de um outro acesso – que não pode ser outro senão a inteligência. Porém, o texto se torna enigmático, pois diz então que, comparado ao outro meio, a inteligência, a dialética é a *mais apropriada* para a aquisição dos princípios, embora só os faça *emergir*, sem *engendrar-los*, suprimindo-se

(12) O ponto foi acentuado por vários comentadores; convém assinalar, contudo, o uso corrente do termo pelo próprio Aristóteles (por exemplo em *EE I 3 1215a3-7*), que declara, no início da *Retórica*, que “todos os homens empenham-se, até um certo ponto, em questionar $\epsilon\pi\eta\sigma\tau\iota\chi\eta\sigma\iota\sigma$ e sustentar uma tese e acusar e defender” (*I 1 1354a4-6*).

(13) J. Brunschwig, *art. cit.*, p. 124.

(14) Ver o comentário de J. Brunschwig, p. 117 de sua edição *Topiques I – IV*, Belles Lettres 1967.

ante ela, a inteligência, que é a visão dos princípios. Por que *mais apropriada*, se tem uma função unicamente propedêutica? Se, porém, considerarmos a função perquiridora em sua natureza negativa, compreende-se melhor por que esta tarefa lhe seja própria ou mais apropriada. É próprio da perquirição socrática, ou lhe é mais apropriado, a destruição sistemática das crenças de seus interlocutores.

Para concluir, a despeito da elegância e da fecundidade da argumentação do prof. Porchat, sou cético quanto à possibilidade de usar *Top. I 2* para a função decisiva que lhe atribuiu de elucidar a relação entre indução e intuição (ou inteligência) na aquisição dos primeiros princípios mediante a intervenção da dialética. A dialética tem sua utilidade, a de pôr tudo à prova, mas, no tocante à aquisição dos princípios, seu papel não parece poder responder ao que lhe é requerido, embora possa sempre dizer algo a respeito dos princípios *via negationis*.

RESUMO

Este texto examina a tese que prof. Porchat atribui à dialética, a saber, o de preparar o terreno para uma visão posterior cujo advento ela tornou possível: segundo prof. Porchat, "o conhecimento dos princípios emerge da argumentação dialética sem ser engendrado por ela". Salienta-se, em direção contrária, o papel negativo e destrutivo da dialética, que se aplica em especial a quem saiu fora do caminho, antes que um papel positivo de encontrar ou de auxiliar a encontrar os primeiros princípios, que obtemos pelo processo de epagôgê.

Palavras-chave: *Aristóteles, dialética, ciência, princípios.*

ABSTRACT

In this paper, I focus on the role prof. Porchat attributes to dialectics in establishing the first principles. According to prof. Porchat, the knowledge of principles comes about through dialectical argumentation, although it is not properly produced by it. It seems to me that even this role must be dealt with parsimony, for dialectical method restricts itself rather to a negative or destructive role regarding those who went astray, not the positive one of finding or helping find the principles, at which we arrive by the normal process of epagôgê.

Keywords: *Aristotle, dialectics, science, first principles*

Recebido em 10/2003

Aprovado em 11/2003